A PRÉHISTORIA DAS BANDEIRAS

SBH
P. 169 exos 1
1/59

Sergio Buarque de Holanda

I

Convidado a participar do "Seminario de Estudo das Fontes Primarias para a Historia de São Paulo", organizado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciencias Economicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, e incumbido de dissertar sobre a expansão paulista no seculo XVI, pareceu-me a principio que a fixação de limite tão preciso se ajustava mal ao tema proposto.

Não creio que os acontecimentos historicos possam enquadrar-se com rigor entre balisas cronologicas caprichosamente fixadas. No Brasil, em particular, o quinhentismo não morre em 1600. E a historia das bandeiras só principia, a bem dizer, mais tarde, com o governo de d. Francisco de Sousa.

Neste sentido, as entradas de Brás Cubas e Luis Martins, as guerras de Jeronimo Leitão, as sondagens de minas dos dois Sardinhas, que se situam no seculo XVI, seriam movimentos preliminares para as grandes investidas posteriores. Mas movimentos nascidos de

6 Estado de S. Paulo
Julho de 1948

SBH
P. 169
2 2/59
x05

circunstancias aparentemente fortuitas e desconexas, que não bastam, por si sós, para explicar a vocação expansionista dos antigos moradores da capitania de S. Vicente. Considerados sem referencia áqueles sucesos mais tardios, eles seriam talvez comparaveis ás entradas que, pela mesma epoca, aproximadamente, ocorreram em outras areas da incipiente America Portuguesa; na Bahia, no Espirito Santo, no Nordeste...

Contudo essa vocação já existia de modo inconfundivel. Para compreender todo o seu alcance é excusado considerar tal ou qual episodio particular ocorrido durante a segunda metade do seculo XVI. Nem as jornadas de Brás Cubas e Luis Martins, nem as campanhas de Jeronimo Leitão, nem os descobertos de Afonso Sardiha chegam a fornecer o ponto de partida ideal para uma visão de conjunto da obra dos bandeirantes. Para tanto será preciso um maior recuo, até atingir as primitivas navegações costeiras que revelaram como destas terras austrais seria possivel, e relativamente facil, o acesso ao coração do continente e mesmo ás fabulosas cordilheiras do extremo ocidente.

Não foi certamente por uma casualidade que Martin Afonso, tendo corrido toda a costa dos dominios portugueses, obteve seu quinhão nestas terras, quando

SBH
Pi 169
3
3/59
cos

se instituiu o regime das capitâneas. Ou que os jesuítas, comandados por Nobrega, dedicariam uma atenção toda especial a São Vicente, principalmente ao sertão de São Vicente, caminho do Paraguay e do Perú.

Sabe-se que, por muito tempo, a faixa litorânea que se estende para o sul de Cananéia recebera dos navegantes o nome de "costa do ouro e da prata", assim como certa região, muito mais ao norte, tivera a denominação de "costa do pau brasil". As notícias levadas á Europa pelos homens da expedição de d. Nuno Manuel, ocorrida por volta de 1514, sobre um misterioso povo serrano que trazia "ouro batido á maneira de arnês e adiante do peito", segundo se lê na "Nova Gazeta Alemã", o machado de prata colhido nessas paragens pela mesma expedição, as lendas do "Rei Branco", transmitidas pela gente de beira-mar aos marujos castelhanos e portugueses, devem ter influido largamente para isso.

Dois anos após a viagem de d. Nuno, em 1516, João Diaz de Solis era morto traiçoeiramente pelos índios no litoral platino, em frente á ilha de Martin Garcia. Diante desse tragico sucesso, as três caravelas de sua armada decidiram regressar á Espanha. Uma delas, porem, veio a naufragar nas proximidades da ilha de Santa Catarina, ou seja, no chamado porto dos Patos, salvando-se, entre outros, quatro tripulantes,

SBH
h 169
4 4159

que se tornariam, cada qual ao seu modo, os grandes arautos do povo serrano, do Rei Branco e de suas riquezas sem par, Chamavam-se eles Melchor Ramirez, Enrique de Montes, Francisco de Chaves e Aleixo Garcia.

Ramirez e Montes permaneceriam em Santa Catarina, onde os recolheria, dez anos depois, a armada de Sebastião Caboto. Francisco Chaves fixa-se mais ao norte, no porto de Cananéia, e ali o encontraria Martim Afonso, em 1531, ao lado do celebre "bacharel" e de outros europeus, naufragos ou degredados. A Aleixo Garcia, finalmente, caberia, com sua marcha memoravel até aos contrafortes andinos, confirmar a existencia das terras lendarias no sertão longinquo.

Sacrificado, embora, pelos indios Guarani, ao chegar, no regresso, ás margens do rio Paraguai, Garcia tivera tempo de mandar emissarios a Santa Catarina com noticias e amostras do metal achado. Em carta de um dos componentes da armada de Caboto diz-se que, ao encontrar-se o comandante com Melchor Ramirez, este lhe fizera entrega de algumas peças de ouro que conserva em seu poder e se propusera levar, em promessa, á Virgem de Guadalupe, se regressasse são e salvo á Espanha.

A jornada de Aleixo Garcia foi, durante lonto tempo, objeto de duvidas e controversias. A primeira fonte

conhecida dessa extraordinaria façanha foi La Argentina de Rui Diaz de Guzman, escrita antes de 1612. Ainda em 1911, ao publicar no tomo IX dos Anales de la Biblioteca de Buenos Aires, sua edição critica dessa famosa cronica, Paul Groussac admitia-a com prudente discricao. E não poderia ser de outra forma, dados os numerosos enganos e os exageros patentes que encerra a narrativa. Retificada esta, porem, á luz de outras fontes documentais, como a Carta de Luis Ramirez, o Memorial de Diego Garcia (onde se diz que Aleixo era um dos seus, "uno de los los mios", querendo talvez significar que era seu parente), as declarações de Caboto, varias cartas de Irala que se acham insertas em apendice ao livro de Lafuente Machain sobre esse governador do Paraguai, os Comentarios de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca tornam inevitavel admitir-se que a expedição se realizou com efeito, tendo saído de Santa Catarina — e não de São Vicente como dissera Guzman, nem de Cananeia, como o presumem outros — para atingir o territorio de Charcas.

O empreendimento desse português refletiu-se no proprio desenvolvimento etnico de vasta região sul-americana, conforme o demonstram Erland Nordenskiöld especialmente, em trabalho publicado no ano de 1917

SBH
6 p 169
6/59
exos

na Geographical Review de Nova York, com o titulo de "The Guarani invasion of the Inca Empire in the sixteenth century", e A.Métraux, em Migrations Historiques des Tupi-Guarani (Paris, 1927). Este ultimo autor, nos seus "Estudes sur la civilization des indiens Chiriguano", publicados no tomo I, fasciculo 3º da Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucumán, em 1930, diz textualmente, referindo-se á expedição de Garcia, que "esse episodio da conquista, tão estreitamente associado a um fenomeno etnico, surge hoje como acontecimento capital, cuja repercussão sobre o desenvolvimento das provincias do Rio da Prata foi consideravel".

Não terá sido menor a influencia exercida por essa proeza sobre a colonização portuguesa do litoral sul do Brasil. As informações levadas á Espanha pela gente da armada de Caboto constituiram, como se sabe, um dos incentivos para a ocupação da região platina. E é interessante notar que Enrique Montes, um dos naufragos da viagem de Solis, tendo tornado á Europa nessa armada, voltará pouco depois a estas terras na expedição de Martim Afonso, aquem serviria como lingua e guia. Anima-o, sem duvida aquele entusiasmo

com que, dirigindo-se á gente de Caboto, segundo o testemunho de Anton Falcon de Colibia, publicado por Toribio Medina, dissera que "nunca homens foram tão bem afortunados como os da dita armada, porque diziam que havia tanta prata e ouro no rio de Solis que todos seriam ricos, e tão rico seria o pagem como o marinheiro, e da alegria que tinha o dito Enrique Montes quando aquilo dizia e mostrando as contas de ouro, chorava".

Outro naufrago, Francisco de Chaves, o mesmo que se estabelecera na Cananeia com o bacharel, aparece no Diario da Navegação de Pero Lopes de Souza a proposito da jornada que mandou o capitão terra a dentro, em busca do metal precioso, porque, declara "o dito Francisco de Chaves se obrigara que em 10 meses tornara ao dito porto com 400 escravos carregados de prata e de ouro".

II

Cronologicamente, a primeira grande "entrada" paulista saiu de Cananéia a 1 de setembro de 1531 sob a chefia de Pero Pinheiro Lobo, com quarenta besteiros e quarenta espingardeiros. O que se sabe acerca

de sua partida, de seus propositos e da esperança que nela depositava Martim Afonso, vem contado no Diario da Navegação de Pero Lopes. O resto da historia pode-se deduzir de uma passagem das "Atas da Camara da Vila de São Paulo", relativa a abril de 1585, onde se narram as tropelias praticadas pelos indios carijós contra os portugueses, "pella qual matança que asi fizerão e fazem cada dia está mandado tempo a pollo sor martim afonso de souza que som da gloria azo que lhe fizesse guerra quando se desta terra foi por lhe matarem oitenta homens que mandou pella terra a dentro a descobrir e pera a dita guerra deixou a ruy pinto e a pero de goes fidalgos e se então não se fez foi por a gente desta capitania hirê a guerra aos de yguabe e por la matarõ mta. gente se desfez a dita guerra e até agora não ouve oportunidade para se poder fazer como agora..."

Verifica-se por ai como a entrada de 1531 pôde ser associada as guerras de Jeronimo Leitão, que deveriam ocorrer meio seculo mais tarde. Ao lado das fontes indicadas para o estudo da entrada de Pero Lobo Pinheiro (o "Diario" sobretudo, e as "Atas da Camara)" fornecem pormenores a respeito as cronicas de Herrera, de Oviedo e os Comentarios de Cabeza de Vaca, redigidos pelo escrivão Pero Hernandez. Nesta ultima obra

SBH
p. 169
99/55
205

lê-se que, entre o rio Iguaçu e o Paraná "mataron los indios a los portugueses que Martin Afonso envio a descubrir aquella tierra; al tiempo que pasaban el rio em canoas, dieron los indios y los mataron". Temos, dessa forma, um resumo completo do que foi a expedição de Pero Lobo.

A jornada de Aleixo Garcia, apesar do tecido de fabulas e exageros que desde o inicio a envolvera, serviu, assim, para indicar que da costa sul do Brasil, especialmente da parte que vai do litoral de Santa Catarina á Cananéia, seria possivel chegar-se ao Peru por terra. Suspeita que encontraria, bem cedo, outros testemunhos que a corroborassem. Entre eles o dos curiosos "Apontamentos" que certo Diogo Nunes ofereceu a D. João III sobre a viagem que realizara ás terras da America, tendo andado no Perú e participado, em 1538, da expedição de Mercadillo á provincia de Machifaro, junto ás cabeceiras do Amazonas e ao país dos Amagua.

Nesse documento, redigido por volta de 1554, que Varnhagen encontrou na Torre do Tombo e publicou pela primeira vez na Revista Trimensal do Instituto Historico, diz-se que da referida provincia peruana se podia ir á costa do Brasil pelo Amazonas. E acrescenta-se (cito através da versão publicada na Historia

da Colonização Portuguesa no Brasil, Vol III): "Tambem poderei ir por são Vicente atraveçando pelas cabeçadas do Brasil, tudo por terra firme, porem há muita terra que andar..."

Varnhagen tentou identificar o redator desse documento com certo Diogo Nuñez de Quesada, que em 1544 andava em Lisboa, de volta do Peru, onde ajuntara grosso cabedal. Capistrano de Abreu, em nota á Historia Geral do Brasil, mostra, no entanto, o infundado dessa tentativa. A seu ver o Diogo Nunes dos "Apontamentos" seria o mameluco levado do Brasil por Tomé de Souza, mencionado em uma carta que o embaixador Luiz Sarmiento de Mendoza escreveu de Lisboa, no ano de 1553. Esse mameluco, filho de um português, tambem viera do Peru ao Brasil, trazendo noticias de muito ouro e prata. Como argumento em favor dessa identificação, observa Capistrano de Abreu que "é mais facil existir no mesmo tempo, no mesmo lugar, com os mesmos planos, um só homem que dois". E ainda aventura mais esta hipotese: "Se Diogo Nunes descendia de pai português e mãe india, é provavel que fosse natural da capitania de São Vicente".

Todas essas razões dariam, talvez, de que pensar, se não houvesse outro documento, aparentemente inedito, entre os que Rodolfo Schuller copiou em Sevilha e Simancas para varias bibliotecas, inclusive a

SBH
p. 169 11 uos
11/59

Library of Congress e a Nacional, do Rio de Janeiro.

Trata-se de uma "relação" que Martin de Orue escreveu, em setembro de 1554, sobre o que lhe fora dado ver e observar em Portugal para o Conselho de Sua Magestade o Imperador. Nela deparamos o seguinte trecho: "Del peru vyno por el año pasado un pasajero natural portugues que se dize domyngo nunes natural de moron ques Junto ala Raya de Castilla el qual trajo de veynte a treynta myll ducados este andado persuadiendo al Rey por una conquysta por el (Brasil) para por ally entrar a las espaldas de cuzco..."

Essa passagem deixa poucas duvidas sobre o assunto. A dificuldade principal para a identificação entre o Nunes natural de Mourão, junto ás raias de Castella, e o dos "Apontamentos", ou seja a diferença nos prenomes, torna-se de pouca monta quando pensamos que "Domingo" e "Diogo" são palavras que se podem eventualmente confundir e que, quando abreviadas, segundo uso generalizado na época, não apresentam diferença alguma.

A "Relação" de Orue, que em outros passos oferece alguns subsidios apreciaveis para o estudo das primitivas comunicações por terra firme entre São Vicente e o Paraguai, é por isso mesmo de excepcional

valor para a historia dos indicios da expansãõ paulista. Seu autor tinha longa pratica das coisas da America, especialmente do Paraguai, onde andara por mais de uma vez, durante anos consecutivos. Dele afirma Lafuente Machain que foi dos "conquistadores de maior influencia da incipiente colonia". É estranho que esse historiador, tão metuculoso no resenhar as atividades de tal personagem, em seu livro "Los Conquistadores del Rio de La Plata", não diga sequer uma palavra acerca de sua importante missãõ secreta em Lisboa. A respeito existem, no entanto, duas cedulas reais perfeitamente claras. A primeira, datada de 21 de abril de 1554, discrimina o que haveria de fazer o referido Orue "con la mejor diligencia que pudiere" durante sua jornada a Lisboa. A outra, de 9 de agosto do mesmo ano, é uma carta de recomendação ao embaixador Luiz Sarmiento de Mendoza. O espião deveria entregá-la, caso o julgasse necessario, sem prejuizo para sua missãõ.

Na "Relacion" de Orue trata-se não somente da armada de Luis de Melo, que depois se perderia na costa norte do Brasil, como ainda das pretensões dos portugueses de São Vicente sobre a região do rio Piqueri e sobre a propria Assunção. São Vicente tornara-se já então, depois do Porto dos Patos e da Cana-

SBH
p. 169
13
13/59
405

néia, um dos grandes centros de penetração do continente, a partir do litoral atlântico. Dos Patos saíra Aleixo Garcia e saíra mais tarde Cabeza de Vaca. Ambos subiram o atual rio Itapucu rumando para terras do atual Estado do Paraná e sabe-se que o Adelantado, servindo-se de guias indígenas, seguiu o itinerário de seu antecessor. Esse itinerário acha-se descrito nos "Comentarios" de Pero Hernandez e sobre ele discorre, com sua habitual segurança, o barão do Rio Branco á p. 224 do segundo volume da "Exposição" acerca dos limites com a Argentina, reproduzindo-o, também, em mapa inserto no quinto volume da mesma obra.

Tudo indica que, em algum ponto dessa via devesse desembocar o caminho que tinham percorrido, partindo de Cananéia, os expedicionários de Pero Lobo Pinheiro. Do contrario explica-se mal o fato da gente de Cabeza de Vaca ter transitado pelo mesmo local onde, dez anos antes, se verificara o trucidamento daqueles expedicionários e encontrado, á altura do Tibagi, um índio recém-convertido, chamado Miguel, natural da costa do Brasil, e que voltava á sua terra, depois de ter vivido muitos anos entre os espanhóis de Assunção. Desse Miguel dirá mais tarde Irala, em documento publicado por Machain, que seguira "por el

SBH
p. 169
14
14/55
cxos

caminho que garcia vino".

Tambem existem muitas probabilidades de que a via de São Vicente a Assunção, aberta, segundo parece, no ano de 1552, ou pouco antes, fosse um dos galhos dessa mesma estrada. Não há prova de que antes da vinda de europeus tenha sido ela correntemente utilizada em todo o seu curso pelos Tupi vicentinos. Ao menos em certa informação que, depois de 1554, escreveu no Paraguai d. Mencia Calderon, viuva de Juan de Sanabria, e que foi publicada por Carlos Morla Vicuña em seu estudo historico sobre o descobrimento e conquista da Patagonia e da Terra do Fogo, lê-se que "de São Vicente se podia ir aquela cidade "por cierto camino nuevo que se habia descubierta". Esse "camino nuevo" é sem duvida, com alguma ligeira variante, o mesmo que trilhariam, um seculo mais tarde, numerosos bandeirantes, para seus assaltos ao Guairá.

III. DE SÃO VICENTE A ASSUNÇÃO

* * *

A unica descrição conhecida do caminho quinhentista, por terra firme, entre São Vicente e Assunção do Paraguai, consta do livro do celebre aventureiro alemão Ulrico Schmidl, que em 1553, percorreu, quando se

SBH
p. 169
15/59
exos

dirigia, de regresso, ao Velho Mundo. Infelizmente os toponimos que serviriam de pontos de apoio para a reconstituição do itinerario, transparecem tão mal através de sua aspera ortografia, que difficilmente chegarão a fornecermos referencia segura.

A lei de menor esforço pode inclinar-nos a identificar certo Wiessache ou Biesail da narzativa com o Mbiaza ou Biaçá do litoral catarinense -- e mais de um autor moderno interpretou-o nesse sentido -- muito embora Schmidl apresente a palavra em apreço como designativo de nação ou tribo, não de localidade. E o Urquaie, que ocorre algumas linhas adiante, seria, segundo as apparencias, o rio Uruguai, mas neste caso seriamos forçados a admitir que Schmidl e seus companheiros, tendo a principio rumado para nordeste de Assunção, prolongaram inexplicavelmente sua caminhada. Não teria sido muito mais natural se aproveitassem em partes a estrada já existente entre o rio Paraná e o litoral, e que tinham utilizado, entre outros, Aleixo Garcia e Cabeza de Vaca ?

Resulta de tudo isso, que uma reconstituição quase unicamente baseada na confusa nomenclatura do livro de Schmidl, escrito quando ainda estava longe de fixar-se a toponimia da area do sul do Brasil percorrida

SBH
16 P. 169
10/59
exos

pelo sargento-arcabuzeiro, levaria a deduções mais ou menos caprichosas. Não parece, assim, das mais plausíveis, com toda a erudição e meritoria paciência desenvolvidas por seus autores, a tentativa realizada ultimamente, nesse sentido, pelos srs. W. Kloster e F. Sommer, quando fizeram Schmidl e seus companheiros subir o Paraná até junto á boca do Tietê, para depois atravessar a pé, de Oeste a Leste, terras hoje paulistas, rumo a Santo André e a São Vicente. Essa reconstituição, que não se aproxima de qualquer das vias historicas palmilhadas, antes ou depois da jornada de Schmidl, e que, já por isso, deve ser considerada com alguma reserva, funda-se toda ela, numa hipotetica identificação entre o Giengie do aventureiro germanico e o nosso Tietê. Identificação que, por sua vez, se baseia principalmente na pretensa similitude fonetica entre Giengie e Anhembi ou Nhembí, nome primitivo do Tietê.

Ha, por outro lado, muitos motivos que levam a crer na possivel coincidência, em trechos, da rota de Schmidl, com a das expedições anteriores, em particular a de Cabeza de Vaca. Nada em sua narrativa, pode contrariar seriamente tal presunção. Sabe-se, por outro lado, que o caminho de Adelantado tinha sido, já

antes dele, ordinariamente adotado pelos carijós e ^{exos} resultava, segundo as melhores probabilidades, da experiencia ancestral dos naturais da terra.

Por esse aspecto parece acertado o criterio que seguiu Gentil de Assis Moura, em trabalho publicado no volume XIII da Revista do Instituto Historico de S. Paulo, quando toma em consideração o percurso de Cabeza de Vaca nas partes em que seu itinerario e o de Schmidl poderiam confundir-se.

Se o illustre historiador e geografo tivesse examinado a reconstituição do referido caminho feita pelo barão do Rio Branco — e lamentavelmente não o fez — teria chegado muito possivelmente aos resultados mais plausiveis. É interessante notar que o caminho estabelecido pelo barão do Rio Branco para a viagem de Cabeza de Vaca concorda, em quase todo o seu percurso a Oeste do rio Tibagi, no actual Estado do Paraná, com um "Caminho das Bandeiras" que vem traçado no mapa de Antonio Reiz Montezinhos, elaborado nos anos de 1791 e 1792. Tudo sugere assim, que o famoso Peabiru, o Caminho de São Tomé dos jesuitas castelhanos, tenha sido o preferido dos viajantes, desde antes da conquista europeia até a era das bandeiras.

Cabe notar que o nome de Peabirú só circulou ver-

dadeiramente nas areas de dominio castelhano e seria applicavel apenas ao trecho a Oeste do Tibagi; quando muito á parte que ia ter ao litoral catarinense, através do curso do Itapucu. É certo que o padre Pedro Lozano, um dos numerosos jesuitas castelhanos que desse caminho se ocuparam, depois de dizer que tinha o nome de Peabirú entre os guaranis e de São Tomé, ou Payçumé, entre castelhanos, acrescenta que o percorreu "el gloriosissimo Apostol por mais de 200 leguas, desde la capitania de S. Vicente en el Brasil". De seu carater mais ou menos permanente ha uma sugestão nesta outra passagem do mesmo Lozano: "tiene ocho palmos de ancho, en cuyo espacio nolo hace una yerba muy menuda que le distingue de toda la demás de los lados, que por la fertilidad cresce a media vara, y aunque agostado la paja, se quemem los campos, nunca la yerba del dicho camino se eleva más, en reverencia sin duda de las sagradas plantas que la hollaron y para testimonio de las fatigas que en tierras tales padeceria el apóstol primero de America".

Contudo, em nenhum documento de procedencia portuguesa e paulista encontramos essa designação referida ao ramal que procurava São Vicente. E não faltam indicios, por outro lado, de que o ramal vicien-

tino teria sido aberto somente após a conquista europeia, e não muito antes da jornada do Schmidl. Deveria sair da margem direita do Tibagi, á altura da Serra dos Agudos para, depois de cruzar p Parapanema perto da Serra de Botucatu, continuar na direção de Itapetininga e Sorocaba.

Foi esse o caminho tomado por Schmidl se, como parece provavel, saiu do primitivo Peabiru. E aqui, segundo as aparencias, enganou-se ainda uma vez Gentil de Assis Moura, em resultado de sua tentativa de relacionar os nomes de Urquaie e Biessaie ao Tietê e á região de Pirapitingui respectivamente, sugerindo uma inflexão do caminho na direção da atual Itu e depois, pelas margens do rio, até Jurubatuba nome antigo do Pinheiros.

O erro provem, neste caso, do fato de Gentil Moura se ter servido da versão francesa do livro de Schmidl, publicado por Ternaux-Compans em 1837. Nessa versão lê-se efetivamente, á p.244, que tendo os viajantes partido de Biessaie, chegaram a aldeia de "Shebetueba", situada a onze milhas de distancia: "Après un mois de marche nous parvinme á Shebetueba, village a onze milles plus loin". No original (cf. edição Langmantel, Tubingen, 1889, p. 7), verifica-se que a dis-

tancia entre as duas paragens era de 100, não de 11 milhas, e esse promenor não só se concilia melhor com o tempo dado para o percurso, como torna insustentável a interpretação oferecida neste ponto por Gentil Moura.

Numerosos dados esparsos e, em parte, ainda mal conhecidos, mostram que foi assiduamente percorrido o caminho nos meados do século XVI, até que as autoridades portuguesas, por motivos que ainda não foram suficientemente esclarecidos em todas as suas minúcias, determinaram seu fechamento, precisamente em 1553. A esse respeito, a fonte mais importante continuará sendo a obra de Schmidl, principalmente segundo a nova tradução castelhana de Edmundo Wernicke, publicada em 1938 em Santa Fé e onde, pela primeira vez, se tomou por base o manuscrito original, conservado na Biblioteca de Stuttgart.

Cabe ainda mencionar, com relevo, a relação do irmão Antonio Rodrigues, inserta nas Páginas de História do Brasil de Serafim Leite. Rodrigues, que viera á America em 1535 (na armada de Mendoza, andou pela via terrestre entre o Paraguai e o Peru. Depois, tal como Schmidl, veio ainda por terra, de Assunção a São Vicente.

A carta traz a data do ultimo de maio de 1553 e

SBH
p. 169
21 21/59
exos

foi escrita em São Vicente. Depois de sua chegada do Paraguai, tinha ido á Europa e regressado. De onde se deduz que voltara de Assunção durante a primeira metade de 1552, se não antes.

Esse Antonio Rodrigues, como tantos portugueses e espanhóis, viera á America pela primeira vez — são suas palavras — movido assim por vaidade como por cobiça de ouro e prata. Morreu padre da Companhia no ano de 1568. Outros, carregados dos mesmos peccados, continuariam ainda por algum tempo, nas suas jornadas entre São Vicente e Assunção, presos a appetites profanos. Para os castelhanos, o transito por esse caminho alem de oferecer facilidades de algum modo apreciaveis, desde o abandono da primeira Buenos Aires, era ocasião de lucrativos negocios com os vicentinos. Tomé de Souza, em carta de junho de 1553 que se pode ler na Historia da Colonização Portuguesa, dá um depoimento importante a esse respeito quando diz que, em resultado das comunicações assíduas com o Paraguai a alfandega de São Vicente rendera no ano anterior, cem cruzados de direitos das coisas que traziam os espanhóis a vender.

SBH
T. 169
22
22/59
CDS

IV -- AS PEÇAS DA TERRA

Entre as mercadorias que os castelhanos de Assunção traziam por terra para vender no porto de São Vicente nos anos de 1552-53, deveriam ter papel consideravel as indias domesticadas no Paraguai. Indias, não indios, é o que se lê na maioria dos documentos conhecidos, e a precisão é importante, porque reflete de algum modo o proprio sistema de colonização e organização do trabalho estabelecido desde muito cedo naquelas terras platinas.

Em certa relação ainda inedita acerca "de las ciudades de la governación del Paraguai y de sus indios" redigida pelo ano de 1620 e que se encontra entre os manuscritos da preciosa coleção De Angelis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, diz-se expressamente da fundação de Assunção, que resultou menos da occupação violenta do que de um trato amistoso, pelo qual os naturais do lugar se entregaram á proteção dos brancos, cedendo-lhes, em troca, suas mulheres, suas filhas e suas parentas para serviços domesticos e roceiros. Era, em suma, o processo então chamado do "cunhadio", principio e origem da propria povoação

EBH
p. 165
23 23/59
405

que se tornaria o centro da expansão castelhana em terras do Paraguai e do Prata, segundo consta expressamente do citado manuscrito: "La fundación de esta Ciudad fue mas por via de cuñadazgo que de conquista..."

Espanhois e indios chamavam-se reciprocamente de cunhados, e como cada europeu tinha muitas mancebas nesse "Parayso de Mahoma", toda a parentela acudia a servir ao cunhado quando necessario, honrando-se com o novo parente. Podiam assim, os brancos, viver sua vida farta e folgada, desfrutando de abundante mantimento e contentando-se, para o vestuario, com algum pano de algodão, da terra, tingido de preto.

O recurso em grande escala ao trabalho rural feminino, que alem do mais não faria tradições indigenas, pôde, assim, implantar-se nas provincias do Prata. Suas vantagens eram particularmente manifestas nas conquistas de Castela, pois constituia um modo suave de se quebrantar o rigor das leis de proteção ao gentio amigo. Em São Vicente, onde os regulamentos sempre foram mais frouxos neste ponto, o sistema introduzido no Paraguai nunca chegaria a generalizar-se amplamente. Mas a docilidade dos guaranis ou carijós dos dois sexos, porventura maior do

que a dos tupis da costa, tornava-se um atrativo para a cobiça dos portugueses e mamelucos. A palavra "carijó" tornou-se logo, entre eles, sinonimo de indio manso ou domestico, applicavel indiscriminadamente aos de qualquer procedencia, e nesse sentido deveria prevalecer, em São Paulo, até ao seculo XVIII.

Em alguns casos não hesitavam os vicentistas em sair a buscá-los no litoral catarinense. A lembrança do assalto á bandeira de Pero Lobo, que longo tempo ainda seria comentada entre eles, podia servir de pretexto facil e justificação para qualquer violencia. A guerra transformava-se desse modo em justa guerra, e portanto licita, segundo as leis consagradas. Reunidos aos tupis da costa, seus amigos e compadres — inimigos, por outro lado, dos carijós — começaram por ir fazer investidas no litoral ao sul de Cananeia. Em uma das relações do piloto Sanchez, datada de 1559 (?), de que ha copia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, diz-se da ilha de Santa Catarina que se achava despovoada, "por causa que los portugueses y sus amigos ysieron muchos saltos en las yndias naturales y an destruydo todos los yndios de la costa de la mar que eran amigos de los vasallos de su magestad".

SBH
25th 169
25/59
205

Num ataque praticado por certo navio de Pasqual Fernandes, que foi dos primeiros donos das terras onde se erigiu a vila de Santos, e outro de Martim Vaz, este morador na capitania de Ilheus, foram capturados todos os indios e alguns espanhois que moravam na Laguna. Entre estes o proprio frei Alonso Lebron, antigo morador do lugar, que, juntamente com outro franciscano, acompanhara Cabeza de Vaca na famosa entrada do Adelantado. Carregados para São Vicente — isso tudo no ano de 1548 — foram postoa em liberdade pelo então loco-tenente do governador da capitania, Brás Cubas. Mas frei Alonso, que era homem teimoso, não se conformou com as providencias: espalhou os indios pelas casas de alguns vizinhos e embarcou-se para a Europa a fim de apresentar queixa. Comodois anos mais tarde ainda não estivesse de volta, supôs-se que teria sido aprisionado por corsarios.

Os assaltos aos carijós do litoral sul, e mais tarde os resgates mais ou menos pacificos, resultaram no despovoamento de toda aquela região. Deles dá longa noticia, em 1609, uma carta do governador Hernandarias de Saavedra, que se publicou em 1937 no tomo I da Revista de la Biblioteca Nacional de Buenos Aires. Nesse documento resuscita Hernandarias

SBH
p. 169
26
26/59
exos

o velho projeto de alguns conquistadores no sentido de se formar uma povoação castelhana na costa de Santa Catarina, por onde se comunicassem mais facilmente com a metropole os moradores da região mediterranea em torno de Assunção. Propunha entre outras coisas que sua majestade mandasse despovoar o vilarejo que os portugueses tinham começado a fazer na Cananéia, porque, diz, "demas de que aquello esta en la corona de Castilla y no en la de Portugal y ellos pretenden yrse entrando se euitara el yr illeuando tanta gente desta prouincia del Biaça al Brasil della resgatada y della a fuerça de armas y los tienen y aun benden por esclauos y tienen este nombre entre ellos".

Da maneira pela qual faziam os vicentistas esses resgates ha descrição circunstanciada e de vivo interesse em uma Relação do Padre Jeronimo Rodrigues, redigida entre 1605-1607 e pela primeira vez publicada entre as Novas Cartas Jesuiticas de Serafim Leite.

Pode-se bem imaginar a importancia que por meados do seculo XVI já teriam na vida economica da Capitania de Martim Afonso, esses indios e indias já mansos e domesticos, trazidos "de pazes" pela via

SBH
27 Pi 169
27 159
α05

terrestre que comunicava Assunção a São Vicente. Entre os que vinham para embarcar de regresso á Europa, firmou-se o costume de contarem com a venda de peças carijós no porto, para o pagamento da viagem marítima. É este o caso, por exemplo, do proprio Ulrico Schmidl. Em uma carta de Juan de Salazar datada de Santos em 30 de junho de 1553, e que foi publicada por Edmundo Wernicke, segundo copia tirada do Arquivo de Sevilha, diz-se que o alemão trazia em sua companhia um escravo, que haveria de vender ao piloto por seu frete. É bem provavel que fosse esse um entre muitos indios que ele e seus companheiros teriam negociado no Brasil ou levado á Europa, pois no proprio livro de Schmidl diz-se que vieram em sua companhia cerca de sessanta carijós da cidade de Assunção. E algumas paginas adiante conta-se como lhe morreram em Portugal dois "escravos", que levava das terras da America. De certo espanhol que viajava com o sargento-arcabuzeiro no mesmo barco, refere Salazar que tambem levava consigo um indios e este ficaria em Lisboa com o piloto, se não lhe fosse paga a quantia de vinte ducados.

Consta ainda da mesma carta de Juan de Salazar que o trafico de escravos se fazia livremente em São Vicente, e aqueles que os vendiam alegavam e provavam-no,

que os tinham recebido das autoridades do Paraguai, inclusive do proprio governador de Irala. Contra tamanhos abusos protestara vivamente Salazar junto ao governador e ao provedor Brás Cubas, pedindo que não levassem direitos desses indios, que eram na sua maior parte guaranis domesticos, por isso mesmo súditos e vassallos de sua majestade. Em resposta diziam-lhes com grande rancor, que não conheciam outro rei alem do seu, e que o Rio da Prata, assim como o Paraguai eram das terras da Corôa de Portugal.

São Vicente tornara-se para os espanhois lugar obrigatorio de transito, e a via terrestre entre o porto brasileiro e o Paraguai, a mais curta para os que se destinavam ao Velho Mundo. Em uma carta de poderes que ao capitão Nuirio de Chaves concedeu em 1555 Domingos de Irala e que se pode ler em apendice ao livro de Lafuente Machain sobre esse conquistador, ha noticia de como o genovês Bartolomeu Justiniano trouxera da Espanha provisões e despachos para que "más brevemente por la via de portugal y costa del brazil pudiesen venir a mi poder..." Os produtos que, na volta, levavam, eram principalmente tecidos importados e ferro. Alguns tentaram levar tambem algumas cabeças de gado, mas os moradores da terra não

SBH
p. 169 29 aos
29/59

queriam vender seus bovinos nem a peso de ouro e prata, enquanto não tivessem para isso licença especial de seu rei. Só mais tarde iriam ás escondidas "as sete vacas do Gaete", origem, segundo alguns, dos primitivos rebanhos paraguaios e platinos. O que aparentemente interessava aos vicentistas da epoca era menos o ouro do que a mão-de-obra para a faina rural. Para obte-la não só entravam em relações com os viajantes espanhois, mas tambem saiam a busca-la, por sua propria conta e risco, através do caminho terrestre de Assunção.

V — AS PRIMEIRAS ENTRADAS VICENTISTAS

Quase um seculo antes das investidas dos caçadores de indios sobre o sertão ao sul do Paranapanema, numerosos moradores de São Vicente já iam até ao Paraguai em busca de gentio manso, destinado principalmente ás lides agrarias. Para isso recorriam ora á violencia, ora ao trato pacifico e mais ou menos clandestino com alguns conquistadores castelhanos.

Acerca da responsabilidade direta do proprio governador do Paraguai nesse negocio há mais de um testemunho preciso. Alem da citada denuncia de João de Salazar de Espinosa, podem mencionar-se as de certo Antonio de la Trinidad, morador de Assunção, em carta datada de 1556, que figura entre os documentos quinhentistas copiados por Schuller em

SBH
p. 16
30 30/59
exos

Sevilha e Simancas. As acusações dirigidas a Domingos Martinez de Irala, que — diz o missivista — não hesitava em favorecer estrangeiros, parentes e amigos, em detrimento dos que tinham ajudado a ganhar a terra e padeceram os trabalhos da conquista, são corroboradas por uma declaração do clérigo Martin Gonzalez, também de 1556, onde se lê que o governador, não contente em despojar os naturais da terra, tomando-lhes as filhas e as mulheres, "dava licença aos moradores de São Vicente para que pudessem retirar índias deste País e leva-las a São Vicente, e assim levaram muitas".

Graças ao depoimento de Antonio de la Trinidad conhecemos os nomes de dois desses traficantes vicentistas. Assim é que fuão Fariña, vizinho daquele porto da costa do Brasil, tendo ido a Assunção, conseguiu licença, ao regressar á sua terra, para levar índias do lugar, e ainda lhe f venderam outras, que Fariña, por sua vez, foi revender em São Vicente, pagando a dizima. Ao todo teriam ido, dessa vez, trinta índias, sem falar nas muitas que morreram pelo caminho.

Mais tarde aparece outro português, chamado Diogo Dias, a quem o governador permite a compra de muitos índios corocotoquis. De regresso vai tomando mais

SBH
31^a 169
31/59
ex 06

peças, que venderá depois em São Vicente, pagando também os direitos ao seu rei. Três ou quatro cristãos, vendo que essas coisas se toleravam, levaram a vender, cada qual, sua meia duzia de indigenas, pelo que não foram molestados. E com efeito não era cruel, nestes casos o governador, "que a nenhum mau castiga e a nenhum bom ajuda para que se faça melhor". Com essa tirada encerra-se a carta.

É interessante, por outro lado, que o proprio Irala, em sua "Relacion breve", datada de 1556, também dá noticia de tais transações, esquivando-se, naturalmente de aludir á parte de responsabilidade que nelas lhe caberia. A culpa de tudo estava com algumas pessoas saídas sem permissão e ás ocultas, "sin licencia fugitivamente" para ir aos reinos de Espanha, Essas tinham levado á ilha de São Vicente certa quantidade de indios que deixaram ali, em servidão e cativoiro. A tal respeito já se escrevera ás justiças da dita ilha, requerendo de parte de Sua Magestade, que os enviassem de volta á sua terra, por se tratar de homens livres, com as pessoas que para busca-los fossem enviadas de Assunção.

Mas a proposição não fôra aceita e alguns portugueses de São Vicente chegaram á audacia de ir até

SBH
PA 169
32
32/59
205

ao rio Paraná, de onde levaram índios e índias que lhes venderam como escravos diversos conquistadores meio sublevados. Com o fim de evitar a reprodução de semelhantes fatos, tão em desserviço de Deus e de Sua Magestade, já tinha sido decidido mandar povoar as referidas terras do rio Paraná. O que até então não se fizera por varias causas, entre outras por constar que os portugueses pretendiam as terras para si.

Excluidos os pormenores que o incriminam pessoalmente, as palavras de Irala confirmam, em suma, o que em sua carta declara Antonio de la Trinidad. Sobre os dois nomes de traficantes referidos nessa carta é discreta ou omissa, no entanto, a documentação de origem portuguesa. Se o Farina ou Farinha veio a São Vicente vender suas índias é provavel que tivesse logo depois regressado ao Paraguai, pois tudo indica tratar-se do Alonso Farina que, em documento de 1556, vem relacionado entre os moradores de Assunção que entraram pela via terrestre, e que e, 1558 figura na eleição do capitão Ortiz de Vergara para tenente de governador.

Acerca de Diogo Dias estamos melhor informados, desde que a divulgação do manuscrito primitivo da obra de Ulrico Schmidt regelou tratar-se da pessoa que, tendo ido por terra a Assunção, anunciou ao arcabuzeiro a presença, em São Vicente, de um navio de Lis-

SBH
p. 169 33
33/59
cvs

Lisboa. So ao regressar ficou em São Vicente, seria talvez o mesmo Diogo Dias que Brás Cubas produziria como testemunha em 1581, quando se tratou de mostrar o verdadeiro percurso antigo entre aquela vila e Santos. Em seu juramento, reproduzido por Frei Gaspar, diz-se: "O primeiro homem que povôou em a vila de Santos foi Pascoal Fernandes e o Senhor Braz Cubas, daí se fez a vila de Santos". Isso indica que seria morador velho na ilha de São Vicente, podendo ter assistido ao povoamento de Santos, iniciado em 1540.

O nome de Diogo Dias ainda surge entre signatarios do auto que em 1585 se fez no engenho de São Jorge dos Erasmos sobre a guerra ao gentio Carijó e Tupinaem, conforme se lê nas Atas da Camara da Vila de São Paulo. Não seria a mesma pessoa o Diogo Dias que tambem em 1585, aos 23 de abril, figura nas Atas entre moradores de São Paulo, assinando de cruz, e é duvidoso que, residindo em São Vicente já antes de 1540, ainda em 1608, obtivesse certa data de terras de sesmaria concedida então por Gaspar Conqueiro. Na petição apresentada, alega este Diogo Dias, se assim é possível interpretar o texto, bastante truncado no documento, que era morador havia quarenta

SBH
34 P. 169
34/59
eos

anos na vila de Santos e que tinha servido a Sua Magestade em todas as guerras e ocasiões que se ofereceram, não somente na capitania de São Vicente, mas também nas mais da costa do Brasil, ele com seus escravos e fazenda, enfrentando não apenas a tamoiós e carijós mas ainda a numerosos outros inimigos: ingleses, franceses, flamengos...

Se ha exatidão nas datas, e isso não ocorre com excessiva frequencia em semelhantes documentos, o autor da petição só teria ido residir na vila de Santos pela ano de 1568. Mas tendo lutado contra franceses, possivelmente no Rio de Janeiro, é de acreditar-se que já andaria bem antes dessa data no litoral sul do Brasil.

A existencia de uma ou mais de uma pessoa com o nome de Diogo Dias em São Vicente, por volta de 1553 e muito mais tarde, torna bem plausivel a suspeita de entre estas se deve procurar a que foi por terra a Assunção, descendo, na volta, grande leva de indios. Não ha motivo para pensar-se que tenha regressado depois disso ao Paraguai e lá permanecendo. Ao menos na memoria da gente que vivia nas provincias do Prata, Paraguai e Paraná, manuscrito do Arquivo Historico de Madri ultimamente publicado por Lafuente Machain e referente a 1556, ano em que já estava

trancado o caminho por terra de São Vicente, não consta seu nome, ao contrario do que sucede com o de Afonso Farinha e outros, entre os moradores que tinham entrado pelo dito caminho.

Nesse caso fica aparentemente desfeita a suposição de Wernicke, de que o traficante de 1553 fosse o mesmo Diogo Dias morto pelos indios em 1559 (no texto está, por engano, 1599) ou o Diogo Dias de Adorno que no mesmo ano de 1559 firma um requerimento dirigido ao capitão Nufrio de Chaves pelos seus soldados no Chaco. A suposição de que este ultimo pudesse ser ao menos dos Adornos genoveses do Brasil sustenta-se mal quando sabemos que tambem no Paraguai havia uma familia Adorno e mesmo Diaz de Adorno ou Adorna. Estes ultimos procediam, no entanto, de Hernando Diaz de Adorna, natural de Corunha e vindo com Caboto ás costas do Brasil, onde o recolueria mais tarde Gonçalo da Costa, português ao serviço de Castela, e genro do bacharel da Cananeia. Não encontro elementos que permitam elucidar seu possivel parentesco com a familia do mesmo apelido que tanto sobressaiu durante todo o seculo XVI não só em São Vicente mas tambem na Bahia.

VI — AINDA OS TRAFICANTES VICENTISTAS

Alem de Diogo Dias e de Afonso Farinha, varios traficantes de peças do gentio do Paraguai são referidos em documentos de procedencia castelhana dos meados do seculo XVI. Entre outros, na citada carta de Juan de Salazar, escrita de Santos em 30 de julho de 1553 aos senhores da Casa de Contratação em Sevilha. Um desses traficantes era sobrinho do proprio governador Antonio de Oliveira e trouxera a São Vicente vinte indios escravos, alem de doze guaranis, todos eles, ou a maior parte, obtidos de Domingos Martinez de Irala em troca de ferro. É bem possivel que se tratasse dos filhos de Jeronimo Leitão, pois não consta que Antonio de Oliveira tivesse no Brasil outros sobrinhos.

Certo Francisco Vidal tambem se meteu no negocio dos gentios paraguaios e chegou, de volta, com vinte peças, sem ter precisado ir até Assunção, pois conseguiu adquiri-las a cristãos que andavam roubando a terra para trocar por ferro e resgates o produto do seu latrocinio. Não foi possivel encontrar nenhuma outra referencia a pessoa desse nome na documentação quinhentista referente a São Vicente ou ao Paraguai.

SBH
p. 169
36
36/55
205

SBH
P. 169 37^{cos}
37/59

A menos que se tratasse de algum dos Vidal ou Pontes Vidal estabelecidos em Cananeia, segundo Ernesto Young, já no século XVI.

Teria o traficante de índios de 1553 alguma relação de parentesco com o Alonso Perez Cañamares ou Calhamares, natural de Assunção, e que em 1585 se acha estabelecido e casado em São Paulo com uma filha de Gaspar Afonso? Em sua meticulosa resenha dos povoadores quinhentistas do Campo de Piratininga, observa o sr. Americo de Moura como os descendentes, particularmente as filhas, desse Cañamares, tomariam o apelido de Vidal.

Recorrendo á relação da gente entrada por São Vicente, que figura no já citado padrão ou memoria de 1556 relativo aos moradores do Paraguai, do Prata e das terras do Paraná, podem acrescentar-se aos nomes já aludidos, alguns outros. Um deles é certo Cardoso, que aparece sem indicação de prenome. Lafuente Machain presume que seria o português Luis Cardoso, também chamado Luis Fernandes. O nome Cardoso surge na capitania de São Vicente, nos primeiros decenios do século XVII, relacionado, entre outros fatos, ás origens da vila de Mogi das Cruzes. Não há noticia segura, entretanto, de que já lá existissem na era quinhentista. Por outro lado, entre os diversos Fernandes

que desde cedo assistiram na mesma capitania, não consta nenhum que tivesse o prenome de Luis.

A mesma incerteza pode suscitar-se com relação a um Domingos Baez, ou Vaz, que no padrão referido com outros moradores do Paraguai que tinham entrado pela via de São Vicente. Entre os habitantes da capitania de São Vicente durante a segunda metade do século XVI era relativamente frequente e sobrenome Vaz, mas em nenhum caso com o nome de Domingos a julgar pelos textos que se conhecem.

O nome de outro português entrado pelo caminho de São Vicente e mencionado no mesmo documento, o de Marcos Fernandes, pode admitir, porem, alguma especulação. Entre os habitantes da capitania de Martim Afonso, cuja ida a Assunção é cronologicamente possível antes de 1556, existem em realidade dois Marcos Fernandes: o "velho" e o "moço". O primeiro foi, segundo Pedro Taques, neto materno de Antonio Rodrigues, o companheiro de João Ramalho. Esse morreu assassinado em 1553. O outro, seu filho ou sobrinho, é mencionado com relativa assiduidade nos documentos paulistanos correspondentes ao período que se estende entre 1579 e 1587. Depois disso desaparece misteriosamente e por longos anos, só ressurgindo em 1616,

quando pelos seus "muitos serviços" é provido no ofício de meirinho do campo. Ao assinalar esse fato observa o sr. Americo de Moura que Marcos Fernandes deve ter passado quase toda a vida a perlustrar os sertões, "em que ficaria apagada sua memoria, se não fosse esta ultima nota". Nada impede, assim, que ele, ou seu homonimo já citado, tenha ido antes de 1556 até ao sertão paraguaio, tomando parte, dois anos após esta data, da eleição do tenente do governador Ortiz de Vergara.

Outros Fernandes de São Vicente, talvez relacionados com Marcos, teriam realizado o percurso por terra firme a Assunção, embora não figurem como de tal procedencia no padrão de 1556. É o caso de Manuel Gaspar e Mateus Fernandes, que, no entanto, constam como idos do Brasil, na relação dos conquistadores do Rio da Prata elaborada pelo historiador Lafuente Machain. Os nomes dos dois primeiros figuram tambem entre os de povoadores quinhentistas da capitania de São Vicente, conquanto não existem elementos que permitam fixar com segurança sua verdadeira identidade. O fato de constarem do padrão de 1556 como tendo entrado de lugares diferentes e em diferentes datas, não impede que tenham andado, como tantos

outros, pelo Brasil, regressando por terra. Contudo nenhum elemento, ao menos por enquanto, autoriza a afirmar que Manuel Fernandes incluído no aludido rol entre aqueles que procediam do Peru, seja uma das duas pessoas que, com esse mesmo nome, irão surgir mais tarde em terra cisentina. Ou que o Gaspar Fernandes, chegado a Assunção, seja o que se estabeleceria também na capitania de São Vicente pelo ano de 1561, consoante suas próprias declarações.

Um pormenor do padrão de 56 que merece alguma atenção está no fato de figurarem sob a rubrica "gente venida de sant vicente", e logo abaixo do nome de Marcos Fernandes, os de raçoeiro Juan Gabriel, de frei Isidro de Castro e de frei João de Salazar, que aparentemente nunca fizeram a viagem aludida. A confusão que pode decorrer de uma relação desleixada da resenha manuscrita, parece desfazer-se quando lemos, logo após a menção de frei João de Salazar, que diga-se de passagem, nada tem a ver com o capitão do mesmo nome, a de certo Rodriguez, seguido da observação "vynó de Sant'Vicente". Ora, esta indicação de procedencia teria sido perfeitamente dispensavel se o raçoeiro e os outros dois religiosos também proviessessem daquele perto da costa do Brasil.

Os demais nomes que figuram sob a mesma rubrica são seis, ao todo. Note-se que seis também eram os "soldados portugueses" que acompanharam Cipriano de Gois na jornada que fez este entre São Vicente e Assunção, na companhia do capitão João de Salazar Espinosa. Tendo sido organizado o padrão pouco depois da chegada do capitão e sua gente ao Paraguai, não seria para admirar se a rubrica indicasse apenas aqueles "soldados portugueses", tanto mais quanto sua relação é encabeçada justamente pelos nomes dos dois filhos de Luis de Gois.

O Rodrigues, que aparece na lista seria possivelmente o João Rodrigues, natural de Cezimbra (outros escrevem Coimbra), que na carta de Salazar, escrita de São Vicente a 30 de junho de 1553, figura entre os que tinham vindo por terra de Assunção. Este ia à Europa a chamado de sua mulher. Assim, teria regressado dois anos mais tarde. De Afonso Farinha já se sabe pela carta de Antonio de La Trinidad que também estivera em Assunção (provavelmente pelo ano de 1552, se foi antes de Diogo Diaz), levando de regresso índias guaranis para vender em São Vicente.

Não é de grande interesse para o objeto do presente estudo uma investigação meticulosa acerca dos

SBH
Pi 169
42 42/59
ex 05

personagens castelhanos ou moradores de Assunção, em todo o caso, que em meados do século XVI teriam palmilhado o caminho por terra até São Vicente, como Juan Diaz Melgarejo, Bartolomeu Justiniano, Francisco Gambarota, Jacomo Cornucio, Juan de Castro...

Para muitos deles essa estrada era apenas um extenso caminho do mar, primeira etapa da jornada de volta ao Velho Mundo. Não pertencem evidentemente ao capítulo das "entradas vicentinas". A rigor também não pertencem a esse capítulo os companheiros de Juan de Salazar de Espinosa, que foram fugidos de São Vicente e, segundo todas as aparencias, pela via fluvial do Tietê e do Paraná. Mas a verdade é que sua jornada se associa intimamente á primeira crise verificada nas comunicações diretas entre o porto brasileiro e a cidade paraguaia. Por isso, e pela repercussão que a crise viria a ter no desenvolvimento ulterior da expansão paulista, merecem capítulo a parte.

* * * * *

VII — O CAMINHO CEGO

Como local de transito, o porto de São Vicente tendia desse modo a adquirir significação particular no sistema de comunicações dos dominios espa-

espanhois situados entre o Peru e a costa do Atlantico, devido sobretudo á presença ali de um nucleo estabel de população, em contacto mais ou menos assiduo com o Velho Continente. As datas das cartas jesuiticas conhecidas, alem de alguns outros elementos disponiveis, precisamente para o periodo que ora nos interessa, permitem admitir que embarcações destinadas á Europa saiam, senão regularmente, ao menos com relativa frequencia de São Vicente ou de Santos.

Como aquelas cartas costumavam ser datadas ordinariamente das vespervas da partida de cada navio, podem representar, por isso mesmo, importante elemento de verificação. Sabemos, assim, que em fevereiro de 1553 deve ter saído uma embarcação, porque ha carta de Nobrega de 12 daquele mês e ano. Outra, igualmente de Nobrega, traz a data de 15 de junho, e essa pode ter ido a 24 "dia de São João", quando saiu navio, levando entre os seus passageiros, o alemão Ulrich Schmidl. E se Considerarmos que ha cartas de João de Salazar escritas de Santos em 25 e em 30 de junho de 53, teremos por força de admitir que logo depois, provavelmente nos primeiros dias de julho, terá saído outro barco e com igual destino.

Um quarto deve ter partido já em meados de setembro, porque se conhece uma carta de Nobrega datada de 31 de agosto, e sendo escrita do sertão, pode-se presumir que o fora com alguma antecedencia. Depois, teremos de esperar até principio de 1554, em todo o caso até depois de 25 de janeiro, á vista de uma carta de Nobrega onde se menciona a fundação de São Paulo, ocorrida naquela data.

Seja como for, quatro navios em um ano, com destino á Europa, já é muito, bem mais do que se poderia esperar para um pobre vilarejo perdido nos confins destas Indias de Portugal, longe das correntes normais de navegação e commercio ultramarino. E isso se pode attribuir talvez, em grande parte, aos interesses mercantis de firmas como a dos Schetz de Antuerpia, que aqui tinham casa, feitor e engenho, e que, através de seu agente em Lisboa, dispunham de navio para o transporte de mercadorias. O fato é que com as demais donatarias, as comunicações do porto de Santos parecem ter sido bem mais escassas naquela epoca. Em 1555 podia queixar-se o padre Luis de Grã de que, desde sua chegada ao Brasil, ou seja desde 1553, apenas um navio fôra da Bahia de São Vicente.

E Nobrega, em sua carta de 31 de agosto de 1553, escrita do sertão vicentino, observava que "é mais facil vir de Lisboa recado a esta capitania do que da Bahia.

O que ainda sustentava de algum modo as relações mutuas entre as capitaneas era aparentemente a pequena e irregular cabotagem dos navios de resgate. Num desses navios viajou o proprio padre Luis da Grã quando partiu da Bahia com destino ao Sul. Faziam eles suas detenças pelos portos de indios o tempo que parecesse necessario ao seu negocio, em regra muito mais do que o indispensavel num sistema aproximadamente regular de navegação.

Mas a propria posição privilegiada de São Vicente e de Santos para o intercambio com o ultramar, sua relativa proximidade das possessões castelhanas e o perigo que de tudo isso poderia decorrer, ao cabo, para a integridade das terras da Coroa portuguesa, iriam contribuir largamente para a decisão de Tomé de Souza, mandando "cegar" o caminho por terra. Neste caso os interesses de natureza politica haveriam de prevalecer distintamente sobre as vantagens economicas que, segundo se indicou anteriormente, auferiam os vicentinos das suas continuas transações

com castelhanos.

Aquela deliberação do primeiro governador geral anda intimamente associada ao malogro da empresa de Sanabria e aos acontecimentos que desse malogro decorreriam. Muito se tem escrito acerca das vicissitudes dessa empresa, que se traduz num verdadeiro rosario de mortes, perigos, saques, naufragios e desenganos. Principiam elas na Espanha com o falecimento do governador nomeado para o Rio da Prata, Juan de Sanabria. Sucede-lhe no titulo seu filho, Diego de Sanabria, que não chegaria a assumir o posto. Da armada de três navios que saiu de Sanlucar levando consigo a viuva do governador defundo, Dona Mencia Calderon, desgarrou-se a capitanea á altura das Canarias e rumou para a costa da Guiné a fim de renovar a aguada. Ali assaltou-a um corsario francês que tudo roubou, salvo a honra das mulheres, "lo que tratandose de franceses no fué poca ventura", diz um documento.

Em Santa Catarina só pôde aportar, alem desse, mais um navio da armada; o terceiro se perdera. Para pedir socorros foram mandados por terra, sucessivamente, a Assunção, Cristobal de Saavedra e Hernando de Salazar. Entre os que ficaram no porto, não demorou em surgir uma contenda, de modo que se forma-

formaram dois grupos, Juan de Salazar e o capitão Francisco Becerra foram-se para São Vicente. Outros, com Dona Mencia e o capitão Hernando de Trejo trataram de ir cumprindo as obrigações assumidas pelos Sanabrias, procurando estabelecer um povoado em São Francisco. A tentativa não vingou, e cansados de dissabores, dirigiram-se os remanescentes por sua vez a São Vicente, esperando sair dali para Assunção por um "caminho novo" que então se descobrira.

Essa a versão de dona Mencia. A de Tomé de Sousa, que por esse tempo chegara a São Vicente é um pouco diversa. Narra o governador, em sua carta de 1 de junho de 1553, como lhe pedira João de Salazar para fazer vir do sul daqueles homens e mulheres. Parece-me, diz o governador, serviço de Deus e de Vossa Alteza "mandallos buscar em hum navyo e trazellos a São Vicente parecendome que as molheres vinham tão enfadadas dos trabalhos que pasarão, que casarão aly com quem lhes der de comer e os homens que farão cada hum ua roça. E parti com elas desa pobreza minha e nom foy tão pouquo que nom fose mais do que eu tinha de meu de trinta he cinco anos". Mas não deixou que realizassem seu intento e nisto é possível que entrasse um pouco do ciúme de quem não queria vizinhos tão incomodos para as terras de seu rei

SBH
P. 169, 205
48
48159

e a donataria de seu parente Martim Afonso.

É certo que passados quatorze meses de sempre frustradas esperanças regressaram a São Francisco dona Mencia e Trejo, mas desta vez para irem a pé a Assunção numa jornada cheia de riscos. Algum tempo depois poderia escrever Irala que, segundo lhe diziam pessoas vindas de São Vicente, pretendiam os portugueses que aquela terra de São Francisco era sua e "están en proposito de no dejarla povoar".

Por outro lado, já em 1553, ordenara Tomé de Sousa com grandes penas que se fechasse o caminho por terra a Assunção; esse o verdadeiro motivo de se erigir uma vila no campo de serra acima. Porta do sertão e passagem forçada dos viandantes, Santo André podia tornar-se posto de permanente vigilancia.

Tanto empenho pôs o governador no cumprimento dessa proibição, que não só impediu por todos os meios a ida da gente de Sanabria como ainda, grande amigo e devoto dos jesuitas, preferiu o risco de indispor-se com eles a consentir que fizessem casa com capela entre o gentio do sertão. Instava em todo o caso com sua alteza e nesse sentido escreveu-lhe para que desse a ultima palavra sobre o assunto.

Em Lisboa a proibição foi mantida. A causa que

SBH
f. 169 49^{os}
49/59

tanto movera a Coroa é obscura em alguns pormenores, mas há a respeito uma explicação talvez aceitável na já citada relação que Martin de Orue endereçou ao Conselho de sua majestade em Valadolid. Segundo pudera apurar o espião castelhano, chegara a Lisboa em setembro de 1553 certo Adão Gonçalves, vizinho de São Vicente, levando amostras de um metal procedente do Paraguai. O portador vinha em nome do capitão da terra e o metal fora obtido de espanhóis que pousaram em sua casa. Feitos os ensaios verificaram tratar-se de prata e de muito boa mina.

A nova correu logo pela cidade e dois mercadores que na ilha de São Vicente tinham seus engenhos de cana, João Van Hielst e Felipe de Adorno, pediram com outros a el rei, que de nenhum modo tolerasse a passagem por S. Vicente ou qualquer lugar do Brasil para Assunção, já que Tomé de Sousa tinha atalhado o caminho por assim convir aos interesses de sua alteza. Pediram ainda que lhes fosse permitido entrar pela capitania vicentina terra a dentro em busca de minas, ficando determinado que onde as achassem dariam os quintos a sua alteza e a ninguém seria lícito ir descobrir metais num raio de vinte leguas ao redor do sitio onde as encontrassem.

O soberano atendeu ao pedido e deu provisão para

esse efeito. "E seu fim", nota o informante, "era irem ás minas do Piqueri, por que dizem que aquela terra e a propria Assunção entram na demarcação do rei de Portugal". Com esse despacho partiram para S. Vicente Gonçalves e Adorno levando o proposito de executar seus planos.

As informações nesse sentido tivera-as Orue de varias pessoas, entre elas de um Antonio Tomas, "que é, diz, quem continuamente tem comunicado o que se passa a Lope de Ugarte em Sevilha". Esse Tomas tivera parte ativa nos trabalhos da conquista espanhola do Prata e acompanhara d. Pedro de Mendoza, segundo parece, contando quatorze ou quinze anos de idade. Português de origem estava, por isso, em situação de informar-se com diligencia dos secretos designios de capitães e mercadores de Lisboa. Na verdade não seriam tão secretos, que deles começava a andar cheia a cidade: "es pubjco en toda Lisboa", prossegue Orue, "y ala clara dizen estar la asuncion en lo de portugal".

A pretensão durou tão pouco como o prestigio dos metais do Acai, e Assunção continuaria terra do Imperador. Mas a iniciativa de sustar as comunicações repetidas com os castelhanos, reafirmada depois por

SBH
P. 169
51 51/59
205

d. Duarte da Costa, denunciavam no primeiro governador, que se dizia "mau esferico e peor cosmografo", um senso energico e previdente.

* * *

VIII — C O N C L U S ã O

A julgar pelos documentos de que dispomos, a prohibição, em 1553, de transito pela via terrestre de São Vicente ao Paraguai, com todo o rigor possivel. A viagem, no ano seguinte de João de Salazar, de Espinhosa, e sua companhia de fidalgos castelhanos e lusitanos — entre estes os dois filhos de Luis de Gois — foi a unica transgressão conhecida. A verdade é que se efetou ás escondidas conforme se póde depreender de uma carta do proprio Salazar, escrita de Assunção em março de 1556. E é significativo, aliás, que em lugar de recorrer ao caminho ordinario, por terra firme, os viajantes tenham preferido descer o Tietê, em canoas e balsas.

Deveu-se esse expediente não só, talvez, á necessidade de escaparem á vigilancia das autoridades do Pais e á sanha dos indios tupis, como sobretudo ás possibilidades especificas de transporte que proporcionaria a via fluvial. Se, como parece, é certo que nessa jornada se levaram de S. Vicente algumas cabeças de gado vacuum, as primeiras que chegariam

ao Paraguai, e considerando-se a dificuldade de se transportar esse gado talvez de asperas bre-nhas, por simples caminhos de indio, nem sempre da especie do Peabiru, e onde mal havia passagem para uma só pessoa de cada vez, ou nos campos ge-raais, onde infalivelmente se perderiam, a provi-dencia não é para admirar.

O proprio fato de se levarem os vacuns parecia requerer, aliás, alguma estrada nova e mal vigiada. Que o transporte se fez contra as leis e a vontade das autoridades portuguesas, é o que indica certo re-querimento dirigido em 1559 ao governador paraguaio pelo clerigo Martin Gonzalez onde se diz que foi contra ordens expressas do rei de Portugal, que al-guns espenhois levaram de São Vicente as vacas en-tão existentes em Assunção.

Certas razões de comodidade, e de maior segurança tambem teriam militado, no caso, em favor da via fluvial. Razões particularmente importantes visto como entre os expedicionarios iam mulheres fidalgas. Não será por acaso se muito mais tarde, D. Luis de Cespedes, indo ao Paraguai em companhia da esposa d. Vitoria de Sá, tambem ha de preferir o Tietê, em-bora o caminho por terra firme esteja reaberto e seja o mais frequentado pelos sertanistas.

SBH
P. 169
53 53/
59
205

Entre as mulheres que acompanhavam a Salazar ia d. Isabel de Contreras, a viuva do Capitão Francisco Becerra, com quem ele proprio se casara em São Vicente, mais as filhas de d. Isabel, uma das quais se casara, por sua vez, com Rui Dias Nelgarejo, e ia ainda a mulher de Cipriano ou Cipião de Gois.

É possível que, atingindo o planalto, o grupo se tenha desviado do caminho de Santo André para cortar as redondezas do campo de Piratininga, onde, em ultimo caso, não lhe faltaria a benevolencia de Nobrega, notoriamente simpatico á causa da gente da armada de Sanabria. As peripecias dessa parte da viagem são contadas em documento redigido pelo proprio Salazar e que se pode ler nas Cartas de Indias publicadas em Madri, 1877. Nela se diz que faltando licença de Portugal para a ida ao Paraguai e não havendo esperanças de remedio, alem de serem cada dia maiores as necessidades e os danos que não se podem sofrer, tratara com Cipriano de Gois, recém-chegado de Europa a fim de ficar no engenho do pai, sobre a possibilidade de irem juntos ao Paraguai, porque dele entenderá vontade de fazê-lo. E tudo se dispos para isso. Partiram uma duzia de soldados que se encontravam com Salazar e outros seis portugueses reunidos por Cipriano, a esposa deste, D. Isabel e duas filhas emais três senhoras casadas. Sairam sem fazer

SBH
P. 169
54 54/59
206

dano á terra e nem a coisa alguma dela, mas os moradores mandaram os Tupis para que os prendessem e, no caso de resistencia, que os matassem. Doze leguas adiante de São Vicente e Santos, achando-se os indios armados á espera dos viajantes, soube-o o padre Manuel da Nobrega que tinha capela alem das serras e a três leguas dos indios, para os instruir na fé. Como bom homem e catolico que era, moveu-os logo do mau proposito, dizendo-lhes que se enojaria e assim tambem o rei de Portugal; que os mandantes do ataque eram maus cristãos e o faziam por querer-lhe mal. Com essa ajuda passaram os fugitivos sem maiores incidentes.

Cipriano ou melhor Cipião de Gois não deixou outra marca de sua presença na capitania de S. Vicente alem dessa evasão romanesca. Partiu com um irmão, Vicente, e não ha noticia de que tenha voltado. Existiram, ou ainda existem, no Convento do Carmo, em Santos, uns autos da demanda que lhe moveu Brás Cubas acerca de sua data de terra de Jeribatiba. Consta desses documentos, que frei Gaspar pôde consultar, ter ele residido por algum tempo em Santos após a partida dos pais, que ocorreu em 1553, e "por fim retirou-se fugitivo para o Paraguai, em companhia de certos castelhanos que aqui tinham arribado".

SBH
55 f. 169
55/59
205

No Paraguai, a lembrança de seu nome se teria apagado provavelmente, não fosse a circunstancia já lembrada, de ter sido o introdutor do gado vacum nas provincias do Prata: as sete vacas e o touro que desceram em balsas o Tietê e o Paraná acompanhando os fugitivos. Encarregara-se de transportar os animais é um fulano Gaete que os levou até Assunção com enormes trabalhos e dificuldades, tudo por causa de uma vaca que lhe prometeram como salario. De onde o dito que logo se fez corrente naquelas terras: "mais caras do que as vacas do Gaete". Segundo o historiador Lafuente Machain, que faz de Cipriano ou Cipião dois personagens distintos, esse filho de Luis de Gois ainda vivia em Assunção pelo ano de 1565.

Durante o meio seculo que se segue á viagem de Salazar e dos irmãos Gois, ficou de todo esquecido o caminho por terra ao Paraguai. É significativo, por exemplo, que para a guerra movida em 1585 por Jeronimo Leitão contra os carijós e tupinaens, os expedicionarios não tenham descido pelo caminho terrestre, preferindo embarcar em Santos com destino a algum ponto mais ao sul, de onde surpreenderiam o inimigo. E ainda em 1605, em sua "Description Colonial"

SBH
56 P. 169
56/59

(Buenos Aires, 1916, 2º Vol., pag. 246), d. Reginaldo ³⁰⁸ de Lizarraga podia publicar o seguinte: "Soliasse caminhar desde el Brasil ao Rio de la Plata em el paraje de la Assumption (dido venia el camião a salir frontero ó poco más arriba de donde está poblada la Assumption), distancia de docientas leguas por tierra poblada y no mal camião: yo he visto hombre en la provincia de la Plata que desde el Brasil con otros vino hasta Assumption: agora no se camina..."

Pela mesma epoca em que d. Reginaldo escrevia essas palavras, chegavam, porem, a S. Paulo, quatro soldados de Vila Rica do Espirito Santo, que vinham tratar de ver se seria possivel o estabelecimento de comercio por ali. O fat, ocorrido em novembro de 1603 está assinalado nos documentos municipais paulistanos. Tão perdida já andava a lembrança do antigo caminho do Paraguai, que logo ordenaram os camaristas fossem os homens acompanhados ao seu regresso por doze ou quinze homens, a ver a disposição e segurança do percurso, "pelo proveito que se esperava de se abrir este caminho e comercio".

A reabertura da antiga estrada deve ter repercutido fundamente no animo dos paulistas. Quem percorra as atas da Camara de S. Paulo correspondentes aos

SBH
P. 169
57 57/59
α05

anos que se seguiram a tal sucesso, depara com alusões reiteradas ás incursões efetuadas no sertão dos Carijós. Em 1616, bem antes, por conseguinte, de se iniciarem os assaltos ás reduções jesuíticas, já o governador paraguaio Hernandarias de Saavedra podia escrever ao seu rei que ascendia a muitos e muitos milhares o numero de indios capturados no Guairá pelos "portugueses de San Pablo".

Já agora não havia meios humanos que detivessem, como detiveram em 1553, um movimento imposto pelas necessidades mais rudimentares de uma população que lutava contra o isolamento e a penúria. Pode-se dizer que essa primeira fase do movimento, bruscamente interrompido em seu nascedouro, teve um papel realmente decisivo depois de longa hibernação de mais de cinquenta anos. Ela marcou, por assim dizer, a vocação sertanista dos moradores da capitania de São Vicente. Não foi por acaso que a propria fundação de Santo André e mais tarde a de S. Paulo, se acham relacionadas, embora em sentido negativo, a aquelas primeiras tentativas de penetração do territorio. Erigidas as duas vilas á porta do sertão, seria ingenuo acreditar que essa porta devesse permanecer trancada para sempre.

Durante algum tempo, e graças sobretudo aos esforços de D. Francisco de Souza, o impeto sertanista dos moradores pôde ser desviado para outros rumos, onde não correriam o risco de chocar-se com castelhanos:

SBH
P. 109
58 58/59
EXOS

o vasto e impreciso sertão da Parnaíba, por exemplo, ou o de Paraopeba. Mas ao cabo não foi mais possível fixar limites artificiais, ditados por conveniências diplomáticas, em um sertão ainda mal preparado para recebe-las.

A carencia de braços para a faina rural constituia-se, desde então, no tema predominante da historia paulista. E á volta desse tema e provocados de algum modo por ele, que irão nascer alguns dos episodios impressionantes de nosso passado, aqueles, sem duvida, que mais nitidamente assinalarão a historia social e politica de São Paulo. Quem tente explicar a obra dos bandeirantes apenas pelo seu gosto de aventura ou pela ambição heroica de dilatar neste continente os dominios da Coroa portuguesa, dará, quando muito, uma explicação parcial, embora sugestiva para imaginações generosas. Estaremos bem mais perto daqueles homens, porem, e mais perto de compreende-los, tentando discernir os moveis imediatos dos seus feitos do que procurando bordar em volta de tais feitos, formulas declamatorias ou decorativas. A verdade é que os bandeirantes jamais cuidaram em organizar sua gloria postuma e não posaram deliberadamente para a eternidade. Tudo quanto de grande empreenderam, obedece em parte consideravel as exigencias comezinhas e até prosaicos de sua vida domestica e

quotidiana. Lutaram teimosamente contra a pobreza e a mesquinhez, e saíram muitas vezes triunfantes dessa luta. Morando á margem das linhas naturais de comunicação e trato com o Reino, não puderam recolher indolentemente as riquezas fartas e quase ao alcance da mão com que contaram desde muito cedo os plantadores de açúcar do Nordeste ou da Baía. E como não dispuzessem de semelhantes riquezas, também careceram do instrumento capital de produção naquelas areas - o escravo, - que ia ter o senhor de engenho levado da Guiné no bojo dos navios negreiros. Seus negros foram sobretudo, quase unicamente, os "negros" da terra, nome que, por muito tempo ainda, designou apenas os indigenas do pais. Para obtelos precisavam correr distancias cada vez maiores e enfrentar obstaculos de toda natureza. Ás vezes, por um feliz acaso, deparariam, nessa demanda incessante, com algum inesperado tesouro, como ocorreria com o Arzão no rio Casca ou com o Sutil no rio Cuiabá. E só então podiam realizar, ás vezes á custa de terribes sacrificios, o ideal muito humano de repouso e estabilidade que lhes parecera negado pela lei da natureza.

* * * * *